

FABIANA CARSONI ALVES FERNANDES DA SILVA

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Especialista em Direito Tributário pela GVLaw. LLM em Direito Societário pelo Insper/IBMEC. Advogada em São Paulo.

CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

ASPECTOS JURÍDICOS RELEVANTES

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2015
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 - Centro - São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Eduardo Nallis Villanova

Revisão gramatical: Rafael Almeida

Capa: Eduardo Nallis Villanova

SILVA, Fabiana Carsoni Alves Fernandes da; Consórcios de Empresas – Aspectos Jurídicos Relevantes – São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ISBN 85-7674-770-7

1. Direito Empresarial. 2. Direito Societário. 3. Direito Tributário.
4. Contratos. I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Empresarial
2. Brasil: Direito Societário
3. Brasil: Direito Tributário
4. Brasil: Contratos

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Apresentação	13
Prefácio.....	15

1

INTRODUÇÃO, 19

1.1. O consórcio de empresas	21
1.2. Plano da obra.....	24

2

ESPÉCIES E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CONSÓRCIOS, 27

2.1. Espécies de consórcios	29
2.1.1. Consórcios operacionais e instrumentais	29
2.1.2. Consórcios internos e externos	30
2.1.3. Consórcios horizontais e verticais.....	31
2.1.4. Consórcios societários e não societários.....	32
2.1.5. Consórcios abertos e fechados	32
2.1.6. Consórcios igualitários e hegemoniais	33
2.1.7. Consórcios voluntários e obrigatórios.....	33
2.2. O consórcio em outros países.....	34
2.2.1. França	34
2.2.2. Itália.....	35
2.2.3. Portugal	36
2.3. O consórcio no Brasil	39
2.3.1. O consórcio de <i>underwriter</i> no mercado de capitais.....	40
2.3.2. Os consórcios de exportação	42
2.3.3. Consórcios para participação em licitações ou para contratar com o Poder Público.....	45
2.3.4. Consórcios aeronáuticos, securitários, minerários, de águas e de energia	45
2.3.5. O cenário no qual surge a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976	48

3

**O CONSÓRCIO NA LEI Nº 6.404,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976, 51**

3.1. Considerações iniciais.....	53
3.2. O contrato de consórcio e sua classificação dentro da teoria dos contratos.....	57
3.2.1. Contrato plurilateral	57
3.2.2. Contrato associativo, de cooperação ou de colaboração	59
3.2.3. Contrato normativo	60
3.2.4. Contrato oneroso.....	61
3.2.5. A causa jurídica do contrato de consórcio.....	62
3.2.6. O contrato de consórcio enquanto sociedade não personificada.....	64
3.3. O contrato de consórcio e suas características essenciais.....	66
3.3.1. A falência de uma ou mais consorciadas	66
3.3.2. Competência para aprovação do contrato de consórcio	67
3.3.3. Capacidade negocial e processual do consórcio.....	67
3.3.4. Partes.....	73
3.3.4.1. Consorciadas independentes e sob controle comum	73
3.3.4.2. Quem pode formar consórcios.....	77
3.3.4.3. Os consórcios formados por sociedades estrangeiras	84
3.3.5. Responsabilidade das empresas consorciadas.....	87
3.4. A extinção do contrato de consórcio.....	89
3.5. Requisitos de validade do contrato de consórcio.....	90
3.5.1. Designação	93
3.5.2. Objeto.....	94
3.5.3. Duração	111
3.5.4. Endereço.....	112
3.5.5. Foro	113
3.5.6. Definição das obrigações, responsabilidades e prestações específicas	114
3.5.7. Normas sobre partilha de resultados e recebimento de receitas	116
3.5.8. Deliberação sobre assuntos de interesse comum	117
3.5.9. Normas sobre administração, contabilização, representação das empresas consorciadas e taxa de administração, se houver.....	118

3.5.10. Contribuição de cada consorciada para as despesas comuns, se houver	120
3.6. Registro do comércio e a personalidade jurídica	123

4

CONSÓRCIOS E FIGURAS AFINS, 131

4.1. Consórcio e sociedade personificada	133
4.2. Consórcio e grupo de sociedades	138
4.3. Consórcio e sociedade em conta de participação	141
4.4. Consórcio e <i>joint venture</i>	147
4.5. Consórcio e cartel	149
4.6. Consórcio e sociedade em comum	152
4.7. Consórcio e consórcio público	157
4.8. Consórcio e consórcio simplificado de produtores rurais	159
4.9. Consórcio e consórcio para o fornecimento de bens e serviços	162

5

O CONSÓRCIO NO DIREITO TRIBUTÁRIO, 165

5.1. Considerações iniciais	167
5.2. Os critérios de contabilização	172
5.3. Tributos em espécie	175
5.3.1. IRPJ, IRRF e CSL	175
5.3.2. A contribuição ao PIS e a Cofins	185
5.3.3. ICMS	188
5.3.4. ISS	193
5.3.5. IPI	198
5.3.6. Contribuições previdenciárias	200
5.4. A responsabilidade das consorciadas pelo adimplemento de obrigações tributárias	203
5.4.1. A solidariedade no que tange às contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social	208
5.4.2. A Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011	215
5.4.3. Hipóteses específicas de solidariedade em matéria de contribuição previdenciária	224
5.4.4. Outras hipóteses de solidariedade	230
5.5. Os consórcios e regimes especiais de tributação: o REIDI e o RET	231

6**O USO DO CONSÓRCIO E SEUS REFLEXOS EM
DIFERENTES SEARAS, 243**

6.1. O consórcio nas contratações com o Poder Público.....	245
6.2. O consórcio e a lei de prevenção e repressão ao abuso do poder econômico	258
6.2.1. O fenômeno da concentração empresarial	258
6.2.2. O consórcio enquanto modalidade de concentração empresarial.....	261
6.2.3. O consórcio e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011	264
6.3. O consórcio no Direito do Trabalho.....	272
6.4. O consórcio e as normas de proteção e defesa do consumidor...	281

7**CONCLUSÃO, 285**

Referências Bibliográficas.....	293
---------------------------------	-----